



NORMAS DE TARIFAS E PREÇOS DO MUNICÍPIO DE BOMBARRAL

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011

Alterados os artigos 6 e 7.º em 22 de Junho de 2011

© Reservados todos os direitos. A reprodução, uso escrito e verbal de qualquer parte deste documento não é permitida sem autorização escrita do Município de Bombarral.



Normas de Tarifas e Preços do Município de Bombarral

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011
Página 2 de 14

ÍNDICE

NOTA JUSTIFICATIVA	3
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	6
Capítulo II – ISENÇÕES E REDUÇÕES DAS TARIFAS E PREÇOS.....	8
Capítulo III – LIQUIDAÇÃO DAS TARIFAS E PREÇOS.....	9
Capítulo IV – DO PAGAMENTO DAS TARIFAS E PREÇOS.....	11
Capítulo V – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14



Normas de Tarifas e Preços do Município de Bombarral

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011
Página 3 de 14

NOTA JUSTIFICATIVA

Nos termos do disposto na Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, os preços e demais instrumentos de remuneração a cobrar pelos Municípios dizem respeito, entre outras, às actividades de exploração de sistemas municipais ou intermunicipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais, gestão de resíduos sólidos, transportes colectivos de pessoas e mercadorias, e distribuição de energia eléctrica em baixa tensão.

Atendendo a que, nos domínios supra mencionados, tem sido desenvolvido um grande esforço no sentido de proporcionar serviços de qualidade que vão ao encontro das pretensões dos munícipes, as alterações legislativas introduzidas pela Lei das Finanças Locais exigem uma regulamentação das tarifas e preços devidos pela exploração dos serviços prestados e pelo fornecimento dos mais variados bens.

Desta forma, o presente Norma, ao definir, de uma forma clara, o processo de liquidação e cobrança das tarifas e preços devidos pelos serviços prestados, para além de adequar a matéria nele vertida ao actual quadro jurídico, reflecte, ao mesmo tempo, um documento garantístico dos direitos dos utentes dos serviços municipais, sem descurar, obviamente, o justo equilíbrio entre esses direitos e o interesse público local.



Normas de Tarifas e Preços do Município de Bombarral

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011
Página 4 de 14

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Legislação Habilitante

A presente Norma é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) do n.º 2 do artigo 53º; na alínea j) do n.º 1 e alínea a) do n.º 6 do artigo 64º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; e no artigo 16º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Artigo 2º

Objecto

- 1) A presente Norma estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a definição e cobrança das tarifas e preços devidos pelos serviços prestados por parte do Município de Bombarral.
- 2) As tarifas e preços encontram-se estipulados na Tabela anexa à presente Norma, do qual faz parte integrante.

Artigo 3º

Tarifas e Preços

- 1) O valor das tarifas e preços previsto na Tabela anexa à presente Norma não deverá ser inferior aos custos directa e indirectamente suportados com a prestação de serviços e com o fornecimento de bens.



Normas de Tarifas e Preços do Município de Bombarral

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011
Página 5 de 14

- 2) Para efeitos do disposto no número anterior, os custos suportados são medidos em situação de eficiência produtiva e, quando aplicável, de acordo com o disposto na presente Norma.

Artigo 4º Dos Sujeitos

- 1) Para efeitos de aplicação da presente Norma, entenda-se como prestadora do serviço o Município de Bombarral.
- 2) Entenda-se como utente todas as pessoas, singulares ou colectivas a quem, o Município de Bombarral presta os serviços previstos na presente Norma.

Artigo 5º Incidência das Tarifas e Preços

As tarifas e preços a cobrar pelo Município de Bombarral respeitam, designadamente, às actividades de exploração de sistemas municipais de:

- a) Abastecimento público de águas;
- b) Saneamento de águas residuais;
- c) Gestão de resíduos sólidos;



Capítulo II ISENÇÕES E REDUÇÕES DAS TARIFAS E PREÇOS

Artigo 6º Isenções e Reduções das Tarifas e Preços

- 1) A presente Norma aplica-se a todos os utentes dos serviços prestados pelo Município de Bombarral, com excepção daqueles a quem por lei seja atribuída a respectiva isenção.
- 2) De acordo com a tabela anexa à presente Norma, é concedida, por despacho do Senhor Presidente da Câmara ou do Vereador com competências delegadas, a isenção ou redução do pagamento de tarifas e preços aos beneficiários:
 - a) Da tarifa social, aplicável a reformados ou pensionistas, cujo agregado familiar possua rendimento bruto englobável, para efeitos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) não ultrapasse uma vez e meia o valor anual da retribuição mínima mensal garantida e cujo consumo médio mensal não ultrapasse os 15 m³ (considerando a média mensal de consumo do último ano ou no caso do contrato ter menos de um ano, os meses desde essa data);
 - b) Da tarifa familiar, aplicável a agregados familiares com 3 ou mais filhos, e cujo consumo médio mensal não ultrapasse os 25 m³, (considerando a média mensal de consumo do último ano ou no caso do contrato ter menos de um ano, os meses de consumo desde essa data).
- 3) Por deliberação da Câmara Municipal, poderão ser atribuídas, casuisticamente, isenções ou reduções de tarifas e preços.



Artigo 7º Procedimento para a Isenção ou Redução

- 1) Para efeitos de obtenção das isenções ou reduções previstas no artigo anterior, deverão os interessados formalizar o respectivo pedido, em requerimento próprio, junto da Câmara Municipal, apresentando os seguintes documentos:
 - a) Para efeitos de tarifa social
 - Cópia da declaração do IRS do ano anterior ou respectiva nota de liquidação; No caso de estar isento da apresentação da mesma deverá apresentar documentos comprovativos dos rendimentos auferidos no ano anterior, de todos os elementos do agregado familiar.
 - b) Para efeitos de tarifa familiar
 - Cópia da declaração de IRS do ano anterior, ou no caso do requerente estar isento da apresentação da mesma, documento emitido pela respectiva Junta de Freguesia onde conste qual a composição do agregado familiar.
 - c) Para efeitos da deliberação prevista no ponto 3 do artigo 6.º, os pedidos de redução/isenção de tarifas e preços efectuados por particulares e que não se enquadrem na alíneas anteriores, serão objecto de parecer do Gabinete de Desenvolvimento do Potencial Humano e Local, podendo o requerente anexar toda a documentação que pretender para o efeito.
 - d) Os pedidos efectuados por pessoas colectivas serão acompanhados dos seguintes documentos:
 - Comprovativos de natureza jurídica da entidade requerente;
 - Finalidade estatutária;
 - e) Em qualquer das situações anteriormente referidas, o requerente deverá entregar todos os documentos que comprovem a veracidade das declarações prestadas
- 2) Todas as reduções/isenções de tarifas e preços serão válidas, no máximo, até 31 de Julho do ano seguinte.



Normas de Tarifas e Preços do Município de Bombarral

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011
Página 8 de 14

- 3) Todos os requerentes a quem sejam concedidas as isenções/reduções mencionadas nas presentes normas, ficam obrigados a comunicar qualquer alteração que possa influenciar as condições que reunia à data em que lhe foi concedida.
- 4) Para efeitos de renovação deverão os beneficiários fazer prova de que mantém as condições para aplicação da respectiva tarifa. Para o efeito deverão proceder à entrega da documentação constante no ponto 1 do presente artigo, no período de 01 de Maio a 31 de Julho de cada ano.
- 5) Os serviços Municipais deverão notificar todos os beneficiários da necessidade de apresentar os documentos para renovação da tarifa. Esta notificação será efectuada com uma antecedência superior a 30 dias relativa à data da validade da mesma. Caso não procedam à sua apresentação no prazo estabelecido, a mesma caducará no mês imediatamente seguinte.

Capítulo III LIQUIDAÇÃO DAS TARIFAS E PREÇOS

Artigo 8º Liquidação

- 1) Para efeitos da presente Norma, por liquidação das tarifas e preços deve entender-se o procedimento conducente ao apuramento do valor a liquidar pelo utente, o qual resultará, não só das informações por ele fornecidas, que podem ser confirmados pelos serviços do Município, como também da aplicação dos critérios estabelecidos pela legislação em vigor.
- 2) Ao valor das tarifas e preços acresce os impostos legalmente devidos.
- 3) As falsas e inexactas declarações prestadas pelo utente, cujo objectivo seja o apuramento de um valor de liquidação inferior ao devido, serão punidas com a responsabilização do sujeito passivo, pelo pagamento das despesas causadas, para além de o fazer incorrer na prática de uma contra-ordenação punível nos termos previstos na presente Norma.



Normas de Tarifas e Preços do Município de Bombarral

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011
Página 9 de 14

Artigo 9º Procedimento de Liquidação

- 1) O procedimento de liquidação será efectuado em impresso próprio, o qual contém, obrigatoriamente, os seguintes elementos:
 - a) Identificação do utente;
 - b) Identificação do serviço prestado sujeito ao procedimento de liquidação;
 - c) Enquadramento na Tabela de Tarifas e Preços;
 - d) Cálculo do montante devido, resultante da conjugação dos elementos referidos nas alíneas b) e c).
- 3) O cálculo das tarifas e preços, cujo quantitativo esteja indexado ao ano, mês, semana ou dia, efectuar-se-á em função do calendário.
- 4) Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se semana de calendário o período compreendido entre segunda-feira e domingo.

Artigo 10º Notificação da Liquidação

- 1) Concluído o procedimento de liquidação, a mesma é notificada ao utente, através do envio de carta, por correio Normal, para o endereço indicado no impresso mencionado na alínea a) do número um do artigo anterior.
- 2) A notificação considera-se efectuada no terceiro dia após a data de registo de saída do ofício do Município.



Artigo 11º Revisão do Procedimento de Liquidação

- 1) Os serviços municipais responsáveis pelo procedimento de liquidação promoverão a respectiva revisão, por iniciativa própria, por iniciativa do utente ou oficiosamente, quando se verificar que foram cometidos erros de facto ou de direito, dos quais resultaram prejuízos para o utente ou para o Município.
- 2) Sempre que se verifique a revisão do procedimento de liquidação, o novo valor apurado será notificado ao utente nos termos do disposto no artigo anterior.
- 3) Quando, por erro imputável aos serviços municipais, tenha sido liquidada e cobrada quantia superior à devida e não tenha decorrido, desde o pagamento, o prazo de caducidade, deverão os serviços promover de imediato a restituição oficiosa da quantia que foi paga indevidamente.
- 4) Quando, por erro imputável aos serviços municipais, tenha sido liquidada quantia inferior ou superior à devida, mas que ainda não se tenha verificado a respectiva cobrança, deverão os serviços municipais emitir novo documento de cobrança.

Capítulo IV DO PAGAMENTO DAS TARIFAS E PREÇOS

Artigo 12º Pagamento

- 1) O pagamento das tarifas e preços constantes na Tabela anexa à presente Norma deverá ser efectuado no prazo constante na respectiva factura ou notificação da liquidação.
- 2) Findo o prazo de pagamento voluntário sem que o mesmo se encontre efectuado, começam a vencer-se juros de mora à taxa legal em vigor.
- 3) O não pagamento das tarifas e preços conforme disposto no número anterior determina a instauração do competente processo de cobrança coerciva.



Normas de Tarifas e Preços do Município de Bombarral

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011
Página 11 de 14

- 4) O pagamento do montante constante na guia de recebimento de tarifas e preços deve ser efectuado no dia da sua emissão.
- 5) O pagamento da guia de recebimento é efectuado, consoante os casos, na Tesouraria Municipal, nos Serviços Municipais Descentralizados de Cobrança, ou nos Agentes de Cobrança.
- 6) O pagamento poderá ser feito em numerário, por cheque bancário, débito em conta, transferência bancária, ou por qualquer outro meio utilizado pelos serviços de correio ou pelas instituições de crédito que a Lei expressamente autorize.

Artigo 13.º Pagamento em prestações

- 1) Mediante requerimento, efectuado dentro do prazo de pagamento voluntário, o Presidente da Câmara, com faculdade de delegação, pode autorizar o pagamento em prestações nos termos do Código de Procedimento e de processo Tributário e da Lei Geral tributária, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente mediante prévia comprovação da situação económica pelo requerente quando esta não lhe permita o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo legal ou regulamentar estabelecido.
- 2) Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendidas, bem como os motivos que fundamentam o pedido.
- 3) O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder.
- 4) A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida.
- 5) Sem prejuízo da lei geral, o pagamento em prestações pode ser fraccionado até ao máximo de 4 vezes.



Normas de Tarifas e Preços do Município de Bombarral

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011
Página 12 de 14

Artigo 14º Regras de contagem

- 1) O prazo para pagamento previsto na presente Norma é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
- 2) Quando o prazo para pagamento terminar em dia em que os serviços competentes para o recebimento se encontrem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Artigo 15º Aviso de Suspensão da Prestação do Serviço

- 1) A suspensão dos serviços prestados no âmbito da presente Norma, só pode ser efectuada, após a notificação, por escrito, com a antecedência mínima de 15 dias, relativamente à data em que a mesma venha a ter lugar.
- 2) A notificação mencionada no número anterior, mencionará expressamente:
 - a) O motivo da suspensão;
 - b) Os meios de que o utente dispõe para evitar a suspensão do serviço, e consequente reposição do mesmo;
 - c) Os meios processuais de defesa.
- 3) O disposto nos números anteriores não será aplicável sempre que, estejam em causa, situações que constituam perigo para a segurança e saúde públicas.
- 4) Sem prejuízo do disposto no número anterior, sobre o Município impende a obrigação deverá fundamentar os actos praticados e posterior notificação, nos termos legais.



Normas de Tarifas e Preços do Município de Bombarral

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011
Página 13 de 14

Artigo 16º Cobrança Coerciva

Perante o não pagamento das tarifas e preços, os respectivos serviços procederão à extracção de uma certidão de dívida para efeitos de instrução do competente processo de cobrança coerciva.

Capítulo V DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 17º Actualização do Montante das Tarifas e Preços

- 1) O valor dos Preços e tarifas previstas na tabela anexa à presente Norma deve ser actualizado anualmente, em função dos índices de preços no consumidor publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante 12 meses, contados de Novembro a Outubro, inclusive.
- 2) Com vista ao estabelecimento gradual de um maior equilíbrio entre os custos dos serviços prestados e a correspondente receita, as taxas municipais serão objecto de actualizações extraordinárias, entre 2010 e 2014, de valor correspondente ao índice de preços ao consumidor.
- 3) As actualizações à tabela de tarifas e preços serão publicitadas através de edital e no sítio do Município do Bombarral, em www.cm-bombarral.pt.

Artigo 18º Integração de Lacunas

Compete à Câmara Municipal, mediante deliberação, resolver todas as dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários à correcta aplicação da presente Norma



Normas de Tarifas e Preços do Município de Bombarral

Ref.: RETAP
Edição: 1.1/Jun/2011
Página 14 de 14

Artigo 19º Normas Revogatória

1) Com a entrada em vigor da presente Norma, são revogados:

- a) Todos os artigos referentes a tarifas e preços que se encontrem previstos em todos os Regulamentos em vigor, e que sejam contrários a presente Norma;
- b) Todos os artigos referentes a tarifas e preços que se encontrem previstos em todos os Regulamentos em vigor, cujas tarifas e preços não estejam previstas na Tabela anexa à presente Norma.

Apesar do disposto no número anterior, mantêm-se em vigor as demais disposições constantes em todos os Regulamentos Municipais, em tudo o que não seja contrário à presente Norma

Artigo 20º Entrada em Vigor

A presente Norma e Tabela de Tarifas entram em vigor após a sua publicação nos termos legais.